



## OCDE

WGB: Visita *in loco* de avaliação da Espanha e segunda reunião plenária de 2022

Acessão: CIRI-OCDE inaugura suas atividades

Webinários: Revisão por Pares de Centro de Governo



## ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Missão da CGU a Paris, Madri e Salamanca

18ª Conferência Anual Anticorrupção da Associação Internacional de Advogados

Missão ministerial a Washington



## ICIC

XIII Conferência e atuação da CGU na ICIC



## CAPACITAÇÃO

CGU amplia conhecimentos em ciência de dados e inteligência artificial



## G20

ACWG: 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção



## BRICS

I Reunião Ministerial do Grupo de Trabalho Anticorrupção



## INTRACGU

AINT divulga orientações sobre passaporte e visto



## COOPERAÇÃO

Programa Um por Todos e Todos por Um! pode ser aplicado em outros países



## NOTÍCIAS DA INTRACGU

*Clique nas chamadas e leia na IntraCGU*

[Controladoria participa da 13ª edição do ICIC em Puebla de Zaragoza, no México](#)

[Controladoria participa do 2ª Reunião da Rede GlobE em Viena, na Áustria](#)

[CGU participa do lançamento do relatório da OCDE de avaliação da política de governo aberto brasileiro](#)

[Sistema Alice, desenvolvido pela CGU, é destaque de reunião da ONU em Viena](#)

[CGU participa da XVIII Reunião de Organismos de Controle Interno do Mercosul](#)

# EDITORIAL

Em respeito à legislação vigente, a publicação do Boletim CGU Internacional foi suspensa no período de defeso eleitoral, que vigorou de 2 de julho a 30 de outubro de 2022. Nesse período, a Controladoria-Geral da União (CGU) manteve ativa participação junto aos principais foros relacionados às suas competências, assim como marcou presença em redes anticorrupção e eventos, além de fortalecer canais de cooperação técnica e promover oportunidades de capacitação aos servidores.

Temos o prazer de anunciar que as atividades internacionais realizadas pela CGU entre junho e outubro serão divulgadas em duas edições especiais, que circularão no mês de novembro.

A edição 20 se refere aos eventos ocorridos ou iniciados nos meses de junho a agosto, enquanto a próxima edição cobrirá os meses de setembro e outubro.

Esta publicação detalha as missões de equipes da CGU na França e na Espanha, e nos Estados Unidos. Noticia as atividades do Grupo de Trabalho Antissuborno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Comissão Interna de Representação e Interlocução para Assuntos da OCDE. Ainda, apresenta a participação da CGU na Conferência Anticorrupção da Associação Internacional de Advogados, na Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação, no G20, no BRICS e na Rede Global para Transparência Fiscal.

O boletim informa sobre a possibilidade de aplicação do programa Um Por Todos e Todos Por Um! em outros países, divulga a chamada para dossiê especial da Revista da CGU, e compartilha a experiência de servidores na Conferência sobre Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados, que também se reuniram com agentes americanos.

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais agradece o apoio de todas as áreas que colaboraram para a organização de ambas as edições.

# INTRACGU

## NOVIDADES

### AINT divulga orientações sobre passaporte e visto

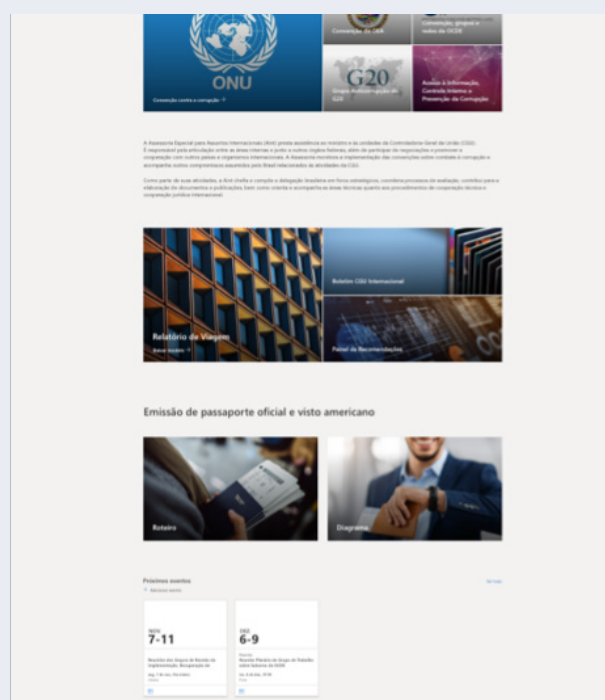
A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT) atualizou o espaço da IntraCGU sob a sua gestão.

Recentemente, a AINT publicou orientações sobre emissão de passaporte oficial e visto americano, baseadas em informações do Ministério das Relações Exteriores e em experiências recentes de servidores. A partir de agora, também é possível baixar um modelo de relatório de viagem internacional.

A seção [Articulação Internacional](#) apresenta conteúdos relacionados às atividades desenvolvidas pela AINT, assim como sobre os grupos de trabalho e redes em que a CGU participa junto às organizações internacionais.

Convidamos todos os servidores e servidoras para conhecer a seção, que pode

ser acessada a partir do menu "CGU em Temas", localizado na página principal da IntraCGU.



# ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

## MISSÃO INTERNACIONAL

### Delegação da CGU se reúne com diversos parceiros na França e na Espanha

Entre 13 e 22 de junho de 2022, foi organizada missão oficial da Controladoria-Geral da União (CGU) às cidades de Paris (França), Madri e Salamanca (Es-

panha), composta pelo ministro da CGU, Wagner Rosário, e por representantes da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, da Corregedoria-Geral



da União e da Secretaria de Combate à Corrupção.

No dia 13, ocorreu reunião de coordenação da delegação brasileira que representou o país no Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (Working Group on Bribery - WGB), composta pelos servidores da CGU, por representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A reunião foi conduzida pelo ministro Wagner Rosário e pelo embaixador do Brasil na missão junto à OCDE, Carlos Marcio Cozendey. Na ocasião, a delegação foi atualizada sobre o andamento das negociações para o processo de acessão do Brasil à OCDE e recebeu diretrizes para os pontos que estão sob monitoramento no WGB.

Durante a missão, houve também reunião da Rede Global de Oficiais de Aplicação da Lei (Global Network of Law Enforcement Practitioners against Transnational Bribery - GLEN), no dia 14 de junho.

Na oportunidade, foram debatidos desafios para o combate ao suborno transnacional entre os diversos países da Rede, havendo o lançamento do guia da OCDE

para combate ao suborno em tempos de crise. A reunião teve o objetivo específico de debater o combate à corrupção em situações de emergência, tal como a que se apresentou durante a pandemia da Covid-19. O diretor de Responsabilização de Entes Privados da CGU, Marcelo Pontes Vianna, apresentou na reunião plenária casos de apuração e processamento de empresas envolvidas com fraudes em contratações públicas relacionadas ao combate do Covid-19 e copresidiu a mesa de debates referentes à cooperação internacional e experiência de investigações conjuntas e paralelas com outras autoridades internacionais. O evento também promoveu um painel sobre proteção aos denunciantes e jornalistas investigativos.

Ainda em Paris, a missão incluiu reunião com a Agência Francesa Anticorrupção (AFA). O diretor da AFA, Charles Duchaine, apresentou os trabalhos e ações em andamento, tendo sido importante momento de troca de experiências e identificação de oportunidades de cooperação com a CGU, com destaque para as ações de avaliação de programas de integridade em empresas e para o *game* de integridade lançado recentemente pela Agência.



*Ministro Wagner Rosário acompanhado da assessora Elizabeth Cosmo junto ao diretor Charles Duchaine e representantes da AFA*

Cumprindo agendas na OCDE, houve reuniões com o diretor adjunto de assuntos financeiros, Antonio Gomes, em que foram debatidos alguns desafios para o processo de acessão do Brasil na Organização; com a diretora de Estatísticas, dra. Monica Brazzi, que apresentou o estudo em andamento com a CGU sobre confiança pública; e com o chefe da Divisão de Integridade Pública, Julio Terracino, momento em que foram debatidos os trabalhos da CGU junto com a Divisão. Na ocasião, foi apresentado o resultado dos indicadores

de integridade, projeto de que o Brasil participou como piloto. Também houve reunião com o presidente do WGB, Drago Kos, para rápida discussão sobre os desafios do Brasil no Grupo.

Já na Espanha, a delegação da CGU se reuniu com o secretário-geral da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), Mariano Jabonero, em Madri. A Organização apresentou projetos para promoção do bilinguismo e foram debatidas as ações conjuntas com a CGU.



*Renato Machado, Elizabeth Cosmo e Wagner Rosário com o secretário-geral e a representante da OEI*

Em Salamanca, o ministro, representantes da CGU, AGU e da academia participaram de mesa redonda para debater acordos negociados. A delegação da CGU também se reuniu com o vice-reitor

de pós-graduação da Universidade de Salamanca, Nicolás García. A visita foi marcada pela assinatura de [acordo de cooperação entre a CGU e a Universidade de Salamanca](#), o qual

visa fortalecer as relações entre as duas instituições, propiciando ferramenta para embasar a participação de servidores da

Controladoria nos programas de pós-graduação em anticorrupção ofertados pela Universidade.



*Ministro Wagner Rosário acompanhado da assessora Elizabeth Cosmo junto ao diretor Charles Duchaine e representantes da AFA*

## PAINEL

### 18ª Conferência Anual Anticorrupção da Associação Internacional de Advogados

No dia 15 de junho de 2022, representando a Controladoria-Geral da União (CGU), o diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna, participou do painel sobre atualização pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei, na Conferência Anticorrupção Anual da Associação Internacional de Advogados (International Bar Association), realizada em Paris.

Durante o painel, o diretor apresentou as medidas empreendidas pela CGU no

sentido de incrementar a responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção. Marcelo Pontes enfatizou as atualizações normativas que estavam em curso, bem como o esforço de atuação coordenada com outras instituições em âmbito nacional e internacional. Representantes do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e dos Ministérios Públicos da França e da Holanda também participaram do evento.





*O diretor Marcelo Pontes e demais painelistas em sessão da conferência*

## PRODUÇÃO CIENTÍFICA

### Revista da CGU abre chamada para dossiê especial sobre Auditoria Interna Governamental no Espaço Lusófono

A Revista da CGU, com o apoio institucional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), apresenta chamada de trabalhos para o dossiê especial Auditoria Interna Governamental - Análise, Discussão e Perspectivas no Espaço Lusófono, previsto para publicação em junho de 2023. A coordenação editorial do dossiê será capitaneada pelas editoras convidadas Rossana Guerra de Sousa, da Universidade Federal da Paraíba e Ana Calado Pinto, do Instituto Universitário de Lisboa. Os interessados em contribuir têm até o

dia 31 de janeiro de 2023 para submeter os trabalhos.

A proposta para esta edição, que tem como objetivo ampliar a difusão, promoção do conhecimento e da pesquisa em auditoria interna governamental além do Brasil, integrando o debate em todo o espaço lusófono, é buscar a integração entre três dimensões que levem ao progresso, com a seguinte categorização:

- Análise das experiências, cenários e objetos já examinados e aplicados na área

de auditoria interna, a perspectiva do que já foi feito no passado ou no caminho até o presente:

- Discussão do que está sendo pesquisado e utilizado hoje, como ferramentas, estruturas e regulações; e
- Perspectivas para os caminhos futuros da função de auditoria interna no âmbito governamental.

Por tratar-se de um tema alinhado com os objetivos da CPLP, no tocante à valorização da língua portuguesa, cooperação

e concertação entre os Estados membros no âmbito da administração pública, foi pleiteado o apoio institucional da CPLP para a divulgação deste referido dossiê. A atuação conjunta visa potencializar o envolvimento e a participação dos atores acadêmicos e governamentais tanto na submissão de trabalhos quanto nas discussões advindas após o lançamento.

Acesse o site da [Revista da CGU](#) para mais informações.

## MISSÃO MINISTERIAL

### Equipe da CGU visita órgãos americanos para conhecer práticas de recompensa a denunciante

Entre os dias 24 e 30 de julho de 2022, representantes da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria Geral da União (CGU), da Consultoria Jurídica e da Ouvidoria-Geral da União participaram de missão liderada pelo ministro da CGU, Wagner Rosário, a Washington, Estados Unidos. A missão teve por objetivo conhecer as melhores práticas de instituições americanas no oferecimento de recompensa a denunciante, notadamente a Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission - SEC); o Departamento de Justiça (Department of Justice - DOJ); o Serviço de Receita (Internal Revenue Service - IRS) e a Rede de Combate a Crimes Financeiros (Financial Crimes Enforcement Network - FinCEN).

A missão se iniciou com a visita ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. A gerente do Setor de Instituições para o Desenvolvimento, Susana Guerra, e o vice-presidente para Setores e Conhecimento, Benigno López Benitez, rece-

beram a equipe da CGU. As instituições debateram oportunidades de cooperação para ampliar o uso de ciência de dados em auditoria. Na sequência, a delegação se reuniu com o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Nestor Foster Junior, para atualização da agenda de prioridades brasileiras no país.



*Ministro Wagner Rosário e o embaixador Nestor Foster*



Dando seguimento à agenda da missão, o encontro no IRS tratou de diversos elementos do programa de recompensas a denunciante, como os limites para pagamento, as pessoas elegíveis, os prazos aplicáveis e o fluxo interno. Já a reunião na SEC foi uma oportunidade para se conhecer o programa de recompensa gerenciado pela instituição. A equipe da SEC detalhou o funcionamento do Escritório do Denunciante (Office of the Whistleblower) e o fluxo de recebimento e tratamento de denúncias, bem como as regras para pagamento de recompensa.

O FinCEN é a unidade de inteligência financeira dos Estados Unidos e está desenvolvendo programa de proteção e pagamento de recompensa a denunciante. Na visita à agência, os americanos explicaram que programa de proteção ao denunciante desenvolvido pela instituição ainda está incipiente e a reunião com a delegação da CGU foi uma oportunidade para a discussão sobre desafios comuns enfrentados nesse estágio inicial.



*A delegação da CGU com representantes da FinCEN*

A reunião no DoJ envolveu duas etapas: as unidades de Inspeção e de Serviços Sociais e Saúde apresentaram o programa de recompensas desenvolvido no âmbito do *False Claims Act*, enquanto a unidade responsável pelo *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)* abordou a parceria com a CGU nos acordos de leniência e nos processos contra empresas por suborno transnacional. O encontro foi uma oportunidade para a renovação, em alto nível, dos laços de cooperação entre as duas agências. Além disso, foi possível discutir o papel dos denunciadores sob o ponto de vista investigativo.

A missão proporcionou ocasião para tratar das relações da CGU com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse sentido, a delegação se reuniu com o embaixador Otávio Brandelli e sua equipe, na Missão do Brasil junto à OEA. Na sequência, reuniu-se com o secretário-geral da OEA, Luis

Almagro, quando conversaram sobre as dificuldades atuais da Organização frente aos desafios impostos pela região, sobretudo as circunstâncias orçamentárias e os desdobramentos em andamento na Nicarágua e na Venezuela.

A delegação da CGU também esteve com representantes da Secretaria de Assuntos Jurídicos da OEA, para debater ações relativas ao Mesicic (mecanismo que acompanha a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção). A pauta incluiu a organização da próxima Conferência dos Estados Partes pelo Brasil, por meio da CGU. A previsão é que o evento ocorra no primeiro semestre de 2023. A delegação expressou a preocupação do Brasil com a falta de instrumentos disponíveis para reavaliar recomendações pretéritas emitidas pelo Mecanismo, e comentou sobre a existência do [Painel Recomendações de Foros Internacionais](#).



*O embaixador Otávio Brandelli, o ministro Wagner Rosário e secretário-geral da OEA, Luis Almagro*

Por fim, os brasileiros visitaram o Escritório de Serviços de Informação do Governo (Office of Government Information Services - OGIS), órgão vinculado ao Arquivo Nacional e que exerce a função de ombudsman no *Freedom of Information Act (FOIA)*, a lei de acesso à informação americana. Os representantes da OGIS apresentaram o papel de mediação voluntária desempenhado por esta instituição, e a Ouvidoria-Geral da União apresentou o seu papel de instância recursal da Lei de Acesso à Informação.

## FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

As atividades da Controladoria Geral da União (CGU) na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) incluíram uma visita in loco como parte da avaliação da Espanha. Na reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional, ocorrida em junho, o Brasil atuou como avaliador do México e do Peru, além de ter se reunido com o subgrupo de monitoramento que vem acompanhando questões específicas do país. A articulação internacional da CGU passou a contar com o apoio de uma comissão interna, a CIRI-OCDE, que realizou duas reuniões no período. Ademais, ocorreu um ciclo de webinários no contexto da Revisão por Pares de Centro de Governo e a CGU participou do [lançamento do relatório de avaliação da política de governo aberto brasileiro](#).

A CGU participou da XIII Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação (International Conference of Information Commissioners - ICIC),

concluiu sua atuação como membro do Comitê Executivo da ICIC, e segue co-coordenando os Grupos de Trabalho sobre Transparência por Desenho e sobre Gênero e Grupos Vulneráveis. Os grupos de trabalhos têm reuniões periódicas e devem entregar os seus produtos até o final do ano.

Na segunda reunião de 2022, o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (Anticorruption Working Group - ACWG) aprovou documento com princípios de alto nível sobre o fortalecimento do papel de auditorias no combate à corrupção. O Grupo também debateu sobre a função das auditorias privadas e a possibilidade de cooperação com auditorias públicas. Em paralelo, houve debate sobre o compêndio de boas práticas sobre educação e prevenção à corrupção. A CGU respondeu questionário para subsidiar o documento, informando sobre as práticas de educação cidadã conduzidas pelo órgão.



Em relação à atuação na Organização das Nações Unidas, em junho houve reunião dos Grupos de Revisão da Implementação e de Prevenção da Corrupção. [A CGU apresentou a ferramenta Alice no painel sobre uso de tecnologia da informação.](#)

No âmbito da Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (Network of Corruption Prevention Authorities - NCPA), em junho ocorreu o webinar "Desenho e Implementação de Sistemas Efetivos para Proteção ao Denunciante", a CGU subsidiou a newsletter do grupo e vem apoiando a elaboração de guias de

boas práticas sobre Planos Anticorrupção e Quarentena e Conflito de Interesses.

Já a [Rede Operacional Global das Autoridades de Aplicação da Lei Anticorrupção \(Rede GlobE\)](#) realizou sua segunda reunião plenária no final de junho.

A CGU também participou da [XVIII Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul](#) e da Primeira Reunião Ministerial do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS.

## OCDE

### WGB

#### Visita *in loco* de avaliação da Espanha

Como parte do processo de avaliação da fase 4 da Espanha no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (Working Group on Bribery - WGB), ocorreu, entre os dias 30 de maio e 3 de junho, na sede do Ministério da Justiça da Espanha, em Madri, a visita *in loco* dos representantes dos países avaliadores, Brasil e África do Sul, e de membros do secretariado do WGB.

A delegação brasileira foi composta pelo diretor de Acordos de Leniência, Renato Machado, e pelo auditor Rafael Ramos da Luz, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União.

A intensa agenda de trabalho contou com a realização de 17 painéis, abrangendo os temas de criminalização e aplicação efetiva da lei sobre suborno transnacional, responsabilização de pessoas jurídicas, medidas de prevenção à lavagem de dinheiro, concessão de vantagens públicas e apoio oficial à exportação e ao desenvolvimento, conscientização e promoção da integridade no setor privado, cooperação internacional, perspectivas da sociedade civil e da mídia, entre outros.

Representantes dos principais órgãos espanhóis de combate à corrupção participaram ativamente dos debates, como o Ministério da Justiça, o Ministério Público,

magistrados, a unidade de inteligência financeira, auditores fiscais, integrantes das forças de polícia especializada, além de representantes da sociedade civil, advogados, jornalistas investigativos, auditores externos e acadêmicos.

A próxima etapa na avaliação consiste na finalização do rascunho do relatório final, que deverá ser debatido e acordado entre avaliadores e avaliados. Os países avaliadores irão apresentar a versão final do relatório aos demais membros do WGB durante a plenária de dezembro de 2022, para aprovação final e publicação.

## **WGB realiza segunda reunião plenária do ano**

O WGB se reuniu durante os dias 14 a 17 de junho, na sede da OCDE em Paris.

A delegação brasileira, chefiada pela titular da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, e composta por representantes das Diretorias de Responsabilização de Entes Privados, de Acordos de Leniência da CGU, da Advocacia-Geral da União do e Ministério das Relações Exteriores, teve participação ativa em diversos pontos da agenda de trabalho.

Destaca-se a participação brasileira como país avaliador da fase 4 do México, que foi instado a apresentar relatório escrito adicional sobre o status de implementação das recomendações não cumpridas, identificadas durante a fase 4 e no relatório de acompanhamento de dois anos, em 2021. Igualmente, o Brasil atuou como avaliador do Peru, que apresentou relatório oral de acompanhamento da fase 2.

Ocorreu, ainda, às margens da reunião plenária, a quarta reunião do Subgrupo de Monitoramento do Brasil (Monitoring Sub Group - MSG), que vem acompanhando desde 2019 questões que possam impactar a implementação da Convenção da OCDE pelo Brasil. Após apresentação da delegação brasileira, o MSG decidiu encerrar um dos itens sob monitoramento, passar outro item para a fase 4 de avaliação do Brasil e continuar a acompanhar os três itens remanescentes. O Brasil irá reportar novamente ao subgrupo durante a reunião de dezembro de 2022.

O avanço apresentado pelo país foi reconhecido pelo WGB e não houve qualquer menção para a adoção de medidas adicionais contra o Brasil nesse momento. Esse foi um importante avanço alcançado pela delegação brasileira, a fim de reafirmar o compromisso do Brasil com a efetiva implementação da Convenção e o combate ao suborno transnacional.

## PROCESSO DE ACESSÃO CIRI-OCDE inaugura suas atividades

A [Comissão Interna de Representação e Interlocação para Assuntos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico](#) (CIRI-OCDE) foi criada para representar, realizar a interlocução e coordenar as ações da Controladoria-Geral da União (CGU) junto ao Poder Executivo e à referida organização internacional.

A CIRI-OCDE será capaz de alinhar internamente as diretrizes do processo de acesso do Brasil à OCDE, assim como coordenar a interlocução com a Organização, que ultrapassa o nível técnico e passa a integrar uma estratégia dentro do governo brasileiro.

De igual maneira, visa dar maior institucionalidade às tratativas da CGU junto à OCDE e ao Comitê Brasil-OCDE, instituído por meio do [Decreto nº 9.920/2019](#), que coordena as atividades relativas ao processo de acesso do Brasil à Organização. Este processo teve início formal a partir de recebimento de carta-convite em janeiro do presente ano.

A CIRI-OCDE também objetiva manter o ministro, o secretário-executivo e o Comitê Gerencial de Planejamento Estratégico e o Comitê de Governança

Interna (CGI) informados sobre o andamento do processo de acesso e de todas as formas de engajamento da CGU com a Organização, a fim de que possam tomar decisões estratégicas.

Representantes de todas as secretarias da CGU participam da CIRI-OCDE, que também é composta por indicados da Diretoria de Governança e da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), unidade à qual compete a coordenação da Comissão e o provimento do apoio administrativo necessário para a execução de seus propósitos.

No dia 24 de agosto de 2022, ocorreu a reunião inaugural da CIRI-OCDE, capitaneada pelo secretário-executivo, José Marcelo Castro de Carvalho. O secretário-executivo enfatizou que a Comissão buscará a tomada de decisão compartilhada, prezando pelo cuidado para evitar que sejam estabelecidos compromissos com a OCDE que, por alguma razão, não possam ser cumpridos. Afirmou que a CIRI-OCDE não busca burocratizar a tomada de decisão pelas instâncias competentes e que a experiência da Comissão deve ser incorporada ao processo de governança da CGU.





*Servidores da CGU durante a reunião da CIRI-OCDE*

A chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, declarou que, por conta da atuação pulverizada da CGU no âmbito da OCDE, com diversos atores em contato direto com aquela Organização, fez-se necessário estabelecer fluxo interno para a adoção de compromissos, com a necessidade de validação interna pelas instâncias competentes e de alinhamento com a estratégia de acessão adotada pelo governo brasileiro, capitaneada conjuntamente pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores. Enfatizou também que a criação da CIRI-OCDE é um passo em direção à maturidade organizacional da Casa na articulação internacional e ressaltou aos

participantes a natureza diferenciada de alguns foros, como é o caso do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional.

Além disso, durante a reunião, ressaltou-se a importância de que as áreas finalísticas busquem envolver os atores internos necessários desde o início da formulação de compromissos firmados com a OCDE (como realização de eventos, palestras, necessidades de contratação de consultorias), de modo a manter o necessário alinhamento da Casa.

A CIRI-OCDE possui caráter temporário, com duração de um ano. Prevê-se que suas atividades sejam encerradas em junho de 2023.

## WEBINÁRIOS

### Revisão por Pares de Centro de Governo

A Controladoria-Geral da União participou, durante os meses de agosto e setembro, do ciclo de webinários relacionado à Revisão por Pares de Centro de Governo, conduzida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Por meio de discussões virtuais, os órgãos participantes das fases anteriores da revisão por pares tiveram a oportunidade de fazer comentários e endereçar perguntas à OCDE sobre as recomendações emitidas no estudo realizado pela Organização e contribuir com sugestões para o plano de ação de implementação dessas recomendações no curto, médio e no longo prazo.

Os webinários abordaram os temas que compõem o relatório final: Planejamento estratégico e priorização; Orçamento; Monitoramento e avaliação de prioridades; Comunicação pública para melhores políticas e um governo mais aberto; Funções de centro de governo e Capacidade de coordenação.

Iniciada em novembro de 2019 e lançada em junho de 2022, a Revisão por Pares realizou uma avaliação aprofundada e diagnóstico da capacidade do centro de governo brasileiro. O processo consistiu em três fases distintas de: Avaliação e diagnóstico; Capacitação; e Aconselhamento. Por fim, será elaborado um plano de ação, de curto, médio e longo prazo, para a implementação das recomendações.

## REDES

### LEO

#### Rede debate suborno transnacional

A Rede de Oficiais de Aplicação da Lei (Network of Law Enforcement Officials – LEO) se destina a realizar reuniões restritas a autoridades com competência na responsabilização de atos de corrupção, inclusive transnacional, com a finalidade de promover um ambiente mais seguro para troca de experiências e informações sobre casos.

A reunião ocorreu no dia 13 de junho de 2022, quando foram debatidos os seguintes temas: apresentação das competências do Ministério Público Europeu, planejamento e execução de investigações de casos de suborno transnacional. O diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna, o diretor de Acordos de Leniência da Controladoria-Geral da União, Renato Machado, e representante da Advocacia-Geral da União participaram da reunião.

## NCPA

# NCPA realiza segundo webinarário temático de 2022 sobre proteção ao denunciante

No dia 15 de junho de 2022, a Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (Network of Corruption Prevention Authorities - NCPA) promoveu o webinarário "Desenho e Implementação de Sistemas Efetivos para Proteção ao Denunciante". Servidores da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e da Secretaria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União acompanharam a transmissão do evento.

Na primeira parte do evento, a representante da Direção de Justiça e Consumidores da Comissão Europeia apresentou aspectos da [Diretiva de Proteção do Denunciante da União Europeia](#), aprovada em 2019. A lei proíbe explicitamente represálias e introduziu salvaguardas para evitar que o denunciante seja suspenso, rebaixado e intimidado ou enfrente outras formas de retaliação. Aqueles que auxiliam os denunciadores, como facilitadores, colegas, parentes também são protegidos. Os Estados Membros devem garantir que os denunciadores tenham acesso gratuito a informações e aconselhamento abrangentes e independentes sobre os procedimentos e recursos disponíveis, bem como assistência jurídica durante os processos. Durante os processos judiciais,

os denunciadores também podem receber apoio financeiro e psicológico. A Diretiva estabeleceu um prazo de dois anos, até outubro de 2021, para a transposição de suas previsões para as legislações nacionais dos Estados Membros.

Na sequência, representantes da Agência Anticorrupção da Itália, da Moldávia, da Palestina, da Romênia, da África do Sul e da Iniciativa Regional Anticorrupção compartilharam suas experiências na regulação da proteção ao denunciante.

No segundo bloco, os participantes tiveram a oportunidade de discutir os desafios e oportunidades relacionados à implementação prática do marco regulatório e avaliar estudos de caso para a efetiva integração dessas disposições no contexto dos sistemas jurídicos nacionais e a resposta prática aos desafios de implementação.

No Brasil, o [Decreto nº 10.153/2019](#) é a principal norma de proteção ao denunciante. Outro passo relevante em relação a esta temática foi a alteração da Lei nº 13.608/2018, por meio da Lei nº 13.964/2019, que introduziu os componentes principais de um sistema de garantias contra retaliações.



## REDE GIFT

### CGU participa do *GIFT Stewards General Meeting 2022*

No período de 2 a 4 de agosto, a Rede Global para Transparência Fiscal (Global Initiative for Fiscal Transparency - GIFT), da qual o Brasil é país membro fundador realizou o *GIFT Stewards General Meeting 2022* na cidade de Bogotá, Colômbia.

A Controladoria-Geral da União (CGU), representada pelos secretário e secretário adjunto de Transparência e Prevenção da Corrupção, participou deste encontro junto ao ministro de Finanças da Colômbia, representantes do governo local de Bogotá, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, servidores públicos e membros da sociedade civil de Colômbia, México, Guatemala, Cuba e Brasil.

A programação contemplou discussões sobre: o compartilhamento dos planos de ação dos países e suas últimas iniciativas em transparência fiscal e orçamento participativo; a discussão e o fornecimento de atualizações sobre normas, adesão e atividades da rede; apresentação e discussão de experiências internacionais na implementação de estratégias orçamentárias; análise das tendências decorrentes dos resultados da [Pesquisa de Orçamento Aberto 2021](#) e

[Barômetro de Dados Globais](#); e discussão das experiências dos países de alto desempenho, entre eles, o Brasil.

O encontro viabilizou, ainda, uma visão geral e abrangente do processo de orçamento participativo em Bogotá e as últimas atualizações sobre seus esforços para engajar mais cidadãos na análise e acompanhamento do orçamento através do projeto #ExploraDatos. Também houve espaço para iniciativas de engajamento do usuário de todo o mundo, e discussão sobre formas de colaborações entre governo e sociedade civil para expandir e melhorar o uso de dados fiscais. O evento contou com a realização de discussões em locais públicos viabilizados por meio da participação da sociedade em etapas da elaboração orçamentária.

Além disso, o *GIFT Stewards General Meeting 2022* possibilitou a discussão entre os administradores da Rede e líderes de instituições que atuam na gestão financeira pública sobre reflexões-chave acerca de cenários e maiores mudanças esperadas na próxima década, fortalecendo a colaboração e a coesão entre os membros da GIFT.

## ICIC

### XIII Conferência é realizada no México

Entre os dias 22 e 24 de junho de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da XIII Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação (International Conference of Information Commissioners - ICIC). A ICIC é o maior fórum internacional

de acesso à informação do mundo e a sua conferência anual aconteceu na cidade de Puebla de Zaragoza no México.

O encontro contou com dois dias de sessão aberta, com palestras e oficinas que envolveram representantes estatais, acadêmicos e sociedade civil. Na oportunidade, foram debatidos os desafios em temas como a transparência em tempos de inteligência artificial e de governança de algoritmos; a garantia do direito de acesso à informação para grupos vulneráveis; a transparência por desenho; e a liberdade de imprensa.

Durante a sessão fechada, no terceiro dia da conferência, a CGU apresentou os relatórios dos grupos de trabalho sob sua coordenação em parceria remota com os coordenadores. A CGU apresentou também os resultados da XII Conferência, sediada pela CGU em 2021, e que ocorreu em formato 100% virtual devido à pandemia da Covid-19. A ICIC XII contou com oito webinários, três workshops, uma reunião da sociedade civil, uma chamada de artigos e uma sessão fechada, eventos que foram distribuídos entre maio e dezembro de 2021. A CGU também apresentou a publicação dos Cadernos Técnicos da CGU produzidos a partir dos artigos da XII ICIC e recomendações da sociedade civil, apresentadas em carta aberta aos membros da ICIC, após reunião no âmbito da Conferência.

Na sessão fechada, também foram anunciadas as sedes das próximas conferências: Filipinas sediará o evento em 2023 e Albânia, em 2024. A comissão de avaliação das propostas contou com a participação da Controladoria.

[Veja a matéria da Ascom/CGU](#)

## **ATUAÇÃO DA CGU NA ICIC**

A CGU é membro da ICIC desde sua criação, em 2019, tendo sido, assim como o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais do México, um dos membros do Grupo de Trabalho de Governança.

Esse grupo foi encarregado de estruturar a ICIC e aprovar seus primeiros membros, até a eleição do primeiro Comitê Executivo. Para o primeiro ciclo do Comitê Executivo, a CGU não apresentou candidatura, já que, pelas

regras da organização, faria parte deste, como próxima sede da Conferência desde a conferência antecedente até a conferência subsequente à da sua sede.

Em 2022, a CGU concluiu sua participação como membro do Comitê Executivo da ICIC. Para os representantes da CGU no Comitê, foi uma grande honra ter participado de seus trabalhos. A CGU reconhece que a organização está crescendo e fornecendo um ambiente cada vez seguro para o acesso à

informação em diferentes continentes, o que é motivo de orgulho e motivação.

Independentemente da saída do Conselho, a Controladoria continua corresponsável por coordenar tanto os Grupos de Trabalho sobre Transparência por Desenho e sobre Gênero e Grupos Vulneráveis.

Desde o final de maio, a CGU passou a ser corresponsável por coordenar o grupo de trabalho (GT) sobre Transparência por

Desenho, juntamente com o Escritório do Comissão de Informação do Reino Unido, e o grupo de trabalho sobre Gênero e Grupos Vulneráveis, ao lado do Órgão Garantidor do Acesso à informação da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Em junho, ambos os grupos iniciaram os seus trabalhos. No período de agosto a setembro, aconteceram reuniões dos GTs e, em outubro, o GT de Transparência por Desenho se reuniu mais uma vez.

## OS GRUPOS DE TRABALHO E SEUS MANDATOS

O GT sobre Transparência por Desenho visa discutir sobre como avançar de forma tangível no conhecimento sobre transparência desde o desenho da política pública, com o objetivo de aumentar a inovação na prestação de serviços públicos. Desse modo, trabalha com a criação de um marco conceitual internacional sobre o tema e o desenvolvimento de um *policy paper* sobre o tema para apreciação na Conferência de 2023. Na última reunião, foram aprovadas a proposta de escopo de trabalho, que incluiu o marco conceitual básico de Transparência por Desenho a ser considerado no âmbito do GT, e a proposta de questionário a ser aplicado junto aos membros do ICIC para a coleta de experiências relacionadas ao tema. Seus próximos passos serão o levantamento, compartilhamento e troca de dados e conhecimento relacionadas às melhores práticas nesse campo.

Já o GT sobre Gênero e Grupos Vulneráveis pretende construir um marco conceitual sobre categorias de grupos vulneráveis capaz de abranger as particularidades de cada representante regional. Além disso, propõe-se a coletar dados e compartilhar experiências como forma de fomentar o planejamento e execução de projetos sobre acesso à informação que possam diminuir as lacunas vivenciadas pelos grupos vulneráveis. Nesse sentido, prevê a formação de uma base de dados com desafios e soluções para o acesso à informação por populações em situação de vulnerabilidade.

Até o final desse ano, os grupos de trabalho devem entregar os seus produtos.

## G20

### 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção (ACWG)

Entre os dias 4 e 7 de julho, ocorreu a segunda reunião anual do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (G20 Anticorruption Working Group - ACWG), sob a copresidência de Indonésia e Austrália. A reunião teve lugar em Bali e a delegação brasileira foi chefiada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União (CGU), contando com representantes do Ministério da Justiça e da Advocacia-Geral da União.

Durante o encontro, o Grupo debateu e aprovou documento com princípios de alto nível sobre o fortalecimento do papel de auditorias no combate à corrupção. O Brasil defendeu a inserção do conceito de funções de auditoria interna, de modo a ampliar o enfoque para além de órgãos de auditoria superior, que tradicionalmente exercem auditoria externa. Também houve extenso debate sobre a função das auditorias privadas e a possibilidade de cooperação com auditorias públicas. A versão final do documento será disponibilizada na página oficial do Grupo.

A agenda da reunião também incluiu evento paralelo sobre educação e prevenção à corrupção, e debate sobre o compêndio de boas práticas na matéria, que está em discussão no Grupo e contou com aportes do Brasil, de modo a refletir as ações sobre educação cidadã conduzidas pela CGU. Houve, ainda, painel sobre mitigação de riscos de corrupção em energias renováveis e

sobre medidas de supervisão e regulação de profissionais da área jurídica.

Além disso, destaca-se a apresentação do Brasil em painel sobre a implementação dos compromissos adotados pelo Grupo. Na ocasião, o Ministério da Justiça apresentou iniciativas adotadas no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), relativas à coleta de informações sobre beneficiário final e a Rede-LAB.

Por fim, os membros do Grupo visitaram a iniciativa do governo da Indonésia



*Elizabeth Cosmo chefiou a delegação brasileira*



denominada “Vilas Anticorrupção”, que tem por objetivo levar às comunidades locais material educativo sobre integridade e prevenção da corrupção. A iniciativa, conduzida pela Comissão de Erradicação da Corrupção, leva em consideração a forma de organização familiar tradicional da cultura balinesa. Em visita à vila Kutuh, que integra o piloto do projeto, falou-se sobre o objetivo de inserir valores anticorrupção no cotidiano dos moradores.



*Representantes do Grupo Anticorrupção do G20 em Bali*

## BRICS

### I Reunião Ministerial Anticorrupção

A Controladoria-Geral da União representou o Brasil na Primeira Reunião Ministerial Anticorrupção do BRICS (BRICS Anticorruption Ministerial Meeting), realizada em julho de 2022.

Em vídeo gravado, o ministro Wagner Rosário realçou a importância da adoção de abordagem abrangente e multidisciplinar nos esforços para prevenir e combater a corrupção em todas as suas formas e complexidades, utilizando-se de processos criminais, civis e administrativos para o efetivo julgamento e sanção de crimes relacionados à corrupção e à recuperação de ativos.

Em complemento, o secretário de Controle Interno adjunto, Gustavo de Queiroz Chaves, proferiu discurso destacando que tais reuniões de alto nível ajudam a consolidar e aprofundar o trabalho técnico realizado pelos especialistas durante as reuniões de rotina do grupo,

além de fortalecer a cooperação e o intercâmbio entre os países do BRICS. Ademais, o secretário encorajou os países do grupo a prestarem a mais ampla assistência possível em processos criminais, civis e administrativos, inclusive por meio de assistência jurídica mútua. “É nosso mandato combater a impunidade e impedir que os acusados de corrupção escapem da justiça e ocultem com sucesso seus bens ilícitos. Toda pessoa física e jurídica envolvida em atos de corrupção deve ser responsabilizada e processada por funcionários competentes. Todos os esforços devem ser feitos para recuperar os ativos correspondentes”, disse.

O secretário destacou, ainda, o Plano Nacional Anticorrupção para o período de 2020-2025, como sinal do compromisso brasileiro em manter uma administração pública mais transparente e responsável. Destacou também que, em 2021, como parte do plano nacional, o Brasil reforçou

sua estrutura de integridade pública ao instituir o Sistema de Integridade Pública do Executivo Federal, com o objetivo de aumentar a eficácia dos programas de integridade e das Unidades de Gestão da Integridade dos órgãos federais e fortalecer a prevenção de atos de corrupção.

Outro resultado do Plano Anticorrupção que recebeu destaque foi a disponibilização pública de informações sobre todas as recomendações emitidas por organizações internacionais vinculadas às avaliações dos países de convenções anticorrupção da ONU, da

OCDE e da OEA, como parte de política mais ampla de promoção da ampla transparência e participação social para reduzir os riscos de corrupção e promover a integridade pública e privada.

Representantes da Academia Internacional Anticorrupção (International Anti-corruption Academy – IACA) e do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank) também discursaram na ocasião. Na mesma linha, os representantes da Rússia, Índia, China e África do Sul realizaram discursos em apoio ao [Comunicado Ministerial Anticorrupção do BRICS](#) endossado pelo grupo.



*Foto oficial da Reunião Ministerial*

# COOPERAÇÃO

## UNODC BRASIL

### Programa Um por Todos e Todos por Um! pode ser aplicado em outros países

A Controladoria-Geral da União, por meio da Diretoria de Governo Aberto, Transparência e Participação Social se reuniu com representantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC Brasil) em 5 de julho de 2022. A reunião teve o objetivo de mostrar a evolução do programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" e dialogar sobre a sinergia do Programa com o Educação para a Justiça, bem como com a Iniciativa Global para Educação e Empoderamento dos Jovens na Área do Combate à Corrupção (Global Resource for Anti-Corruption Education and Youth Empowerment – GRACE).

Durante a reunião, Rodrigo Araújo, representante do UNODC Brasil, apresentou o Zorbis, uma ação desenvolvida para crianças, no âmbito do GRACE. Araújo identificou uma oportunidade para que o programa Um Por Todos possa ser um aliado e, junto com o Zorbis, possa levar lições de integridade para as crianças. Os representantes do UNODC submeterão uma proposta ao escritório central, em Viena, visando iniciar a aplicação do programa Um por Todos nos países de língua portuguesa.

# CAPACITAÇÃO

## TECNOLOGIA

### CGU amplia conhecimentos em ciência de dados e inteligência artificial

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 28ª Conferência SIGKDD sobre Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados (KDD 2022), no período de 14 a 18 de agosto de 2022, na cidade de Washington, nos Estados Unidos da América. O grupo também participou de reunião, no dia 19 de

agosto, com o Government Accountability Office (GAO), agência governamental responsável pela auditoria e avaliação.

A KDD, organizada pelo Grupo de Interesse Especial em Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados da Associação para Máquinas de Computação (Association for

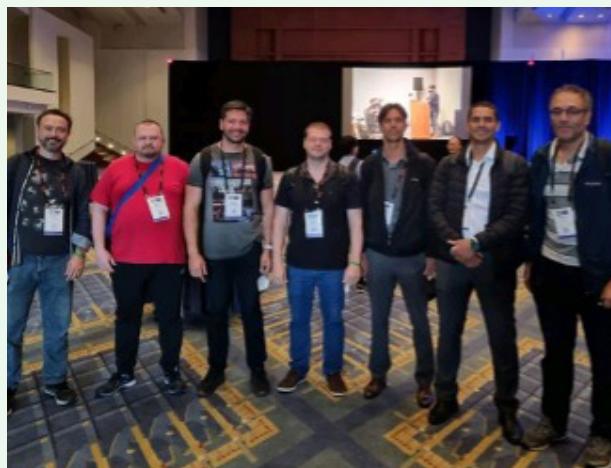
Computing Machinery's Special Interest Group on Knowledge Discovery and Data Mining – SIGKDD), tem como objetivo promover pesquisa e desenvolvimento básico em descoberta de conhecimento, mineração de dados, adoção de padrões de mercado. O evento contou com a participação de centenas de pesquisadores das maiores empresas de tecnologia e das melhores universidades do mundo. Esses pesquisadores apresentaram seus últimos feitos e descobertas em dezenas de workshops, tutoriais práticos, palestras, apresentações de pesquisas e de artigos sobre a aplicações de ciência de dados e inteligência artificial para a solução dos mais variados problemas. [Todos os artigos apresentados já estão disponíveis para consulta.](#)

No dia 19 de agosto, na reunião com o GAO, foram apresentadas ferramentas e projetos baseados em inteligência artificial para apoio aos trabalhos de auditoria governamental dos Estados Unidos. Algumas das soluções apresentadas estão disponíveis em: <https://gaoinnovations.gov/>.

A conferência e a reunião com o GAO foram de grande valia para ampliar os horizontes

dos servidores da CGU vinculados ao desenvolvimento de soluções de ciência de dados e de inteligência artificial sobre as diversas aplicações possíveis com o uso dessas tecnologias.

Os seguintes servidores participaram do evento: pela Secretaria Federal de Controle Interno, Claudio Augusto Grunewald Soares, Gledisson Fryttys Menezes Leite, Gustavo Cordeiro Galvão Van Erven e Tiago Chaves Oliveira; pela Secretaria de Combate à Corrupção, Eduardo Soares de Paiva e Gutemberg Assunção Vieira; e pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, Gustavo Fleury Soares.



*Servidores da CGU na conferência KDD*





*Registro da reunião entre a CGU e o GAO*

Além da participação da CGU na Conferência, o servidor André de Alcantara Campos, da Secretaria Federal de Controle Interno, participou da [Trigésima Nona Conferência Internacional em Aprendizado de Máquina \(The Thirty-ninth International Conference on Machine Learning\)](#), no período de 17 a 23 de julho de 2022, em Baltimore, nos Estados Unidos.